

# O PRIVADO E O PÚBLICO NA HISTORIOGRAFIA SOBRE ROMA ANTIGA\*

CLAUDIOMAR DOS REIS GONÇALVES\*\*  
*Universidade Estadual de Londrina. Brasil.*

## RESUMO

Este artigo representa uma tentativa de reflexão sobre diversos aspectos relativos ao entendimento do que foram, e do que poderiam ser e designar, o “público” e o “privado” na Antigüidade Romana. Embora não se tenha tido a pretensão de esgotar as possibilidades destes conceitos, procurou-se delinear algumas linhas gerais para futuras incursões sobre a História de Roma.

## PALAVRAS-CHAVE

Historiografia; Público; Privado; Interdependência; Exclusão.

## ABSTRACT

This article is an attempt of reflection about some features relatives to the understanding about what was and what would be the “Public” and the “Private” in the Roman Antiquity. Although it won't make here an exhaustive exploration of the potentialities of this concepts, I'll draw some lineaments to a futures incursions in a Roman History.

## KEY WORDS

Historiography; Public; Private; Interdependence; Exclusion.

## 1. DA CONSTITUIÇÃO DE UMA HISTORIOGRAFIA

**O**s chamados *Público* e o *Privado* têm sido, do início dos anos noventa até agora, objeto de muitos Livros, Encontros, Seminários, Palestras, etc, no Brasil e em outros países. Sem dúvida, iniciativas que tiveram como impulso, em finais dos anos oitenta, o lançamento da coleção

\* *Este artigo é resultado de duas Conferências proferidas no I Simpósio Regional de História Antiga, O Público e o Privado na Antigüidade Greco-Romana*, realizado em setembro de 1999, na Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário de Rondonópolis – MT – Brasil.

\*\* Professor de História Antiga. Departamento de História – Universidade Estadual de Londrina – UEL – PR. – BRASIL – CEP: 86051-990. E-mail: crgclau@uel.br

**PYRENAE**

Núm. 31-32, anys 2000-2001, pàg. 75-88

História da Vida Privada (*Histoire de la vie privée*, vol. 1: *De l'Empire romain à l'an mil*) organizada, em seu primeiro volume, por Paul Veyne<sup>1</sup> (iniciativa que no Brasil, teve como resultado o lançamento a Coleção: História da Vida Privada no Brasil).

Veyne, além de organizar este primeiro volume, encarregou-se de escrever seu primeiro capítulo: “O império romano”. Capítulo que será, aqui, um dos objetos privilegiados de discussão sobre o entendimento de Público e o Privado no Império

<sup>1</sup> Coleção dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby, teve seu primeiro volume publicado na França em 1985. No Brasil, a primeira tradução (por Hildegard Feist) é de 1989. (Citação completa ao final. Veja-se Veyne, 1992). O sucesso da coleção no Brasil se traduz em seu número de edições: está na 13ª. Sobre alguns problemas relativos à tradução deste primeiro volume, ver Funari, 1997a:84.

Romano, pois o mesmo foi de fundamental importância pelo sucesso que obteve posteriormente a coleção<sup>2</sup>.

Uma pergunta que poderíamos fazer de início sobre o tema em questão é: em que teria inovado a história da Vida Privada de Paul Veyne sobre o Império Romano? Qual seria este espectro denominado “Vida Privada”, e quais seriam suas raízes, ou seja, quais linhas interpretativas anteriores lhe proporcionariam sustentação quanto aos assuntos e objetos tratados e às interpretações das fontes por ele utilizadas? E, Afinal, do que trataria Veyne que, até então, não se encontrava na historiografia, e que dado ao seu caráter de inédito, a renova substancialmente no que diz respeito ao conhecimento da vida privada no Império Romano?

Façamos aqui, pois, um outro caminho: ao contrário de começar com os conceitos, os quais trataremos posteriormente, comecemos pelo título da obra, “vida privada”. Quantas obras poderíamos enumerar, sobre o tema, ou mesmo similares, relativas à estes genéricos romanos?

Em 1886 saiu a segunda edição do manual de Marquardt intitulado, “*Das Privatleben der Römer*” (Leipzig), o qual foi logo traduzido, em 1892, para o francês sob o título de “*La vie privée des romains*” (Paris). Seguidamente temos, em 1911, “*Römische Privataltertümer*”, de Blumner (Munich) e, finalmente, em 1932, sai a segunda edição de “*Private Life of the Romans*” (New-York, Chicago), de Johnston. De 1911 a 1940, surge outra obra que, embora não se utilize do termo “vida privada”, está profundamente relacionada com este percurso historiográfico que lhe antecede: o livro de Jérôme Carcopino, “*La Vie Quotidienne à Rome À l’Apogée de l’Empire*” publicado, originalmente, em 1938 (Paris-Hachette)<sup>3</sup>.

Esta historiografia, poderíamos dizer, não foi homogênea quanto aos seus objetivos e, artificialmente, podemos dividi-la em três blocos: um primeiro formado por alguns autores, os mais “antigos” (que ainda não eram nem denominados

<sup>2</sup>No Brasil, este impacto pode ser aferido pela leitura e levantamento de alguns artigos, livros, dissertações e teses que incorporam, na sua maioria, o trabalho de Veyne. Na verdade, seu melhor trabalho ainda não teve tradução para a língua portuguesa. Entretanto, já teve sua versão inglesa (Veyne, 1990).

<sup>3</sup>Este, entre todos os citados, já traduzido para a língua

“historiadores”) e que estariam próximos da influência daquele processo que Peter Burke denominou de “descoberta do povo”. Esta, por sua vez “intimamente associada à ascensão do nacionalismo” (Burke, 1989: 39).

Degeneração de costumes, decadência<sup>4</sup>, corrupção, parecem problemas que, desde inícios do século XVIII, assolaram uma primeira forma de interpretação dos romanos. Neste contexto, podemos recolocar e compreender as obras de Montesquieu (*Considérations sur les causes de la Grandeur des Romains et de leur Décadence*), de 1714, e de Gibbon, (*History of the Decline and Fall of the Roman Empire*), em seis volumes: respectivamente, o primeiro volume em 1776, o segundo e terceiro em 1781 e os três últimos em 1788.

Obras anteriores de caráter elitista e reformista, utilizavam vastamente o conceito de degenerescência de costumes, da Antigüidade romana até aqueles dias. Por outro lado, outros autores encontravam nesta Antigüidade, elos de profunda ligação com aquele contexto de transformações que marcariam os finais do século XVIII, até meados do século XIX.

Podemos dizer que as três grandes tendências designadas por Burke como primitivismo, comunitarismo e purismo não traduziam de forma homogênea, ainda, o que seria um “público” e um “privado” no que diz respeito à Antigüidade Romana. Um exemplo deste conflito pode ser visualizado pelo conteúdo das obras de Gibbon e Montesquieu. Enquanto o primeiro procura demonstrar que as nobres virtudes romanas foram assoladas pela barbárie externa e pelo cristianismo (levando o Império à decadência), para Montesquieu teria se dado o contrário: os romanos teriam se tornado corruptos em “idade tenra”<sup>5</sup> e o cristianismo, por sua vez, teria sido uma de suas formas de redenção.

Entretanto, se em finais do século XVIII, Edward Gibbon já demonstrava um enorme interesse pelas instituições romanas e a relação da população com as mesmas, para o século XIX, atravessado por diversas transformações de caráter geográfico, político, social, econômico, etc, a

<sup>4</sup>Ver a análise sobre o tema em questão em Santo Mazzarino (Mazzarino, 1991). Particularmente os capítulos intitulados: “Decadência e continuidade” (p. 205-214), e “A crítica ao conceito de decadência” (p. 215- 226).

<sup>5</sup>“Os que tinham sido corrompidos por suas riquezas o foram, em seguida, por sua pobreza” (Montesquieu, s/d: 67).

necessidade de novas instituições e da reformulação de antigas, tornava-se premente. É neste contexto, que a História Antiga, da Grécia e Roma, será objeto da busca de valores que condensem e justifiquem novas instituições de caráter democráticas e/ou republicanas. Da mesma forma, o surgimento da disciplina História terá uma enorme importância na configuração de uma identidade nacional que reflita os novos ideais destes territórios que buscam constituírem-se enquanto Estados-Nação.

Dentro deste amplo movimento teríamos, por um lado, movimentos que veiculariam uma certa noção de identidade orgânica, baseada nos costumes dos meios rurais, procurando estabelecer uma possível “homogeneidade étnica/racial” e a identificação, em alguns Estados-Nação emergentes, de um determinado “povo” aos seus governantes: por isto a necessidade de um certo imobilismo da narrativa. Por outro lado, outros autores procurariam glorificar a transformação exaltando a cultura das cidades, criando justificativas para os Estados já centralizados através da veiculação de uma linearidade cronológica entre o passado romano e o desenvolvimento de uma cultura civilizada, urbana e moderna (e.g. Adam Smith).

O melhor exemplo disto talvez seja o como se constituiu, na prática, esta nova disciplina chamada História e a “organização de seu currículo na França do século XIX, tendo a História Antiga como introdução às civilizações européias modernas. Lavisse recomendava, em suas *Instruções de 1890*”, o como ensinar aos alunos sua história<sup>6</sup>:

*“A História da Grécia e de Roma é já a nossa história, visto que as origens da inteligência e da política modernas já nelas se encontram. É necessário mostrar ao aluno essas origens e explicar-lhas, mas quase sem que ele dê por isso, não lhe propor considerações filosóficas nem o embaraçar com nenhum pormenor de instituições”.* (apud Furet, s/d: 128)

Assim, esta história deveria demonstrar ao aluno, um conjunto de práticas cívicas na qual os costumes diários, o respeito frente as autoridades, as atitudes do comportamento frente a família, junto aos magistrados das cidades, etc: resumindo; um conjunto de práticas até então vistas como “naturais” que, de agora em diante, deveriam ser remodeladas e recriadas, visando estabelecer uma população formada por cidadãos disciplinados e

<sup>6</sup> Ver discussão mais ampla, e propostas objetivas de trabalho, em Arias Neto & Gonçalves, 1997.

defensores dos ideais da Pátria. É neste contexto que a “vida privada” emerge para justificar estes novos valores e comportamentos, bem como para demonstrar aos jovens qual o modelo de “cidadão” a ser seguido. Os temas mais freqüentes são o casamento, a família, a educação, o trabalho, a religião cívica, a sociedade, suas hierarquias internas bem como o respeito as mesmas.

Como isto é apresentado? De uma forma quase geral, neste caso, os ambientes são urbanos em detrimento de um meio rural; a descrição é entrecortada e não possui continuidade entre os itens narrados; as fontes utilizadas são, na sua maioria, literárias, as vezes possuindo desenhos ilustrativos de alguns monumentos. Mesmo assim, quando os autores destes livros propõem-se a “analisar” tais ilustrações, quando ultrapassam sua simbologia cívica, apegam-se a um mero descritivismo superficial: ou seja, narram aquilo os próprios olhos vêem (uma verdadeira educação do olhar<sup>7</sup>). Assim, o personagem principal desta história da vida privada, produzida no século XIX, é um Cidadão que transitaria entre o que denominamos, hoje, de “público” e “privado” mas que, ao que tudo indica, não se entende como parte de dois pólos opostos e/ou díspares.

A história da coleção “Vida Quotidiana” (VQ) procuraria, aparentemente, responder a uma outra indagação: nas palavras de Jean Didier Wolffromm “ressuscitar o passado, restituindo-lhe o sabor como se ‘aí estivessemos’ ainda”, ou melhor, “de saber se era antes, de outro modo ou noutra lugar, que deveríamos ter nascido” (Wolffromm, 1983: 69-72). Nesta perspectiva, a obra de Jérôme Carcopino, integraria novos temas como as divisões do dia, o levantar e o preparo matinal; as ocupações e os espetáculos; o passeio, o banho e o jantar, constituindo, além de alguns dos temas anteriores da vida privada, produzida no século XIX, temas mais próximos daquilo que, hoje, convencionou-se designar “intimidade”.

Entretanto, longe da afirmação de Wolffromm, Carcopino possui uma intenção que a ultrapassa: para ele não tratava-se apenas de mostrar o “como seus leitores poderiam ter vivido se nascessem em Roma”. Embora sua história fosse tributária de uma narrativa metódica<sup>8</sup>, procurava estabelecer uma lógica de seqüência organizacional utilizando,

<sup>7</sup> Forma de utilização de imagens –como mera ilustração– que encontra-se ainda hoje em trabalhos mais recentes. Veja-se Frasca, 1996.

<sup>8</sup> Ver Reis, 1995: 41-55.

também e apenas, fontes literárias. Sua preocupação e seu motivo condutor de escrever a história da vida quotidiana seria, agora, a necessidade de entender a mudança:

*“Se não quisermos que a “vida do romano” se perca nos anacronismos ou se imobilize na abstracção, é necessário começar por estudá-la no círculo concreto de um período estritamente definido. Nada muda tão depressa como os hábitos dos homens. Sem falar da revolução com que as recentes descobertas da ciência – o vapor, a electricidade, os caminhos de ferro, o automóvel e o avião – transformaram o mundo actual, é evidente que, mesmo em épocas de técnicas menos aperfeiçoadas e de maior estabilidade, as formas pelementares da existência quotidiana não cessam de variar rapidamente. (...) Da mesma maneira a antigüidade romana sofreu esta lei do mutável...”* (Carcopino, s/d: 07)

Carcopino insere um elemento fundamental na análise que até então, apenas alguns utilizavam: a idéia de rupturas bruscas no comportamento. Sua preocupação objetiva é a mudança, a transformação rápida pela qual sua própria década vem passando, e pelas rupturas radicais que a nova indústria pós-guerra desenvolveu, alterando e desenvolvendo rapidamente o cotidiano de muitos países com a introdução de novas tecnologias<sup>9</sup>. Muito diferente de uma possível história da “vida privada”, como foi a do século anterior, Carcopino entende esta vida quotidiana como uma totalidade que não pos-

<sup>9</sup>Lembremos da advertência de Karl Popper: “Estabelecendo contraste entre o pensamento ‘dinâmico’ de que se valem [os historiadores] e o pensamento ‘estático’ de todas as gerações precedentes, acreditam que o avanço por eles conseguido se deve à circunstância de que, agora, ‘vivemos uma revolução’ que acelerou a velocidade do desenvolvimento até o ponto de hoje ser possível, no espaço de uma vida, fazer a experiência da transformação social. Isso é, naturalmente, mitologia pura. (...) Atribuir a tão antiga idéia o caráter de atrevida e revolucionária é, ao meu ver, deixar-se trair por um conservadorismo inconsciente; e nós, que nos pomos como espectadores desse grande entusiasmo pela transformação, podemos suspeitar que ele corresponde a apenas um dos aspectos de uma atitude ambivalente e que esconde um receio interior, igualmente grande, de ser superado. Se assim for, estará explicado o fervor religioso com que essa velha e débil filosofia é apresentada em termos da mais recente e mais importante revelação da ciência. Não serão, afinal, os historicistas os que se amedrontam com a transformação? E não será, talvez, esse medo da transformação que os torna tão completamente incapazes de reagir racionalmente à crítica recebida e que torna os outros tão dóceis aos ensinamentos que transmitem? Quase diríamos que os historicistas procuram compensar-se da perda de um mundo imutável apegando-se à crença de que é possível antecipar a mutação, pois que esta é governada por uma lei imutável” (Popper, 1980: 125).

sui fraturas entre um aspecto público e um outro, que seria a vida privada. Por outro lado, em seu texto, já é possível verificar uma certa noção do que viria a configurar-se como esfera “íntima”<sup>10</sup>.

Após várias décadas da publicação de *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império*, de Carcopino, o que poderíamos dizer do trabalho de Paul Veyne?

Podemos dizer que, do ponto de vista formal e dos assuntos tratados, é um livro extremamente tradicional<sup>11</sup>. A inovação concreta que ele apresenta é uma utilização enorme de fontes iconográficas, algumas evidências epigráficas além das tradicionais fontes literárias. Sua narrativa é lógica e coerente, não existindo a categoria tempo como condutora de nenhuma diferenciação e muito menos a idéia de diferenciação regional<sup>12</sup>. No entanto sua categoria de “privado” está diretamente ligada a categoria de “espaços”; no caso de Veyne espaços que não se transformam visto serem estes os espaços puramente urbanos e imutáveis: “estes espaços colidem, se excluem e, no entanto, coexistem”. São os espaços, no dizer de Marilena Chauí, “incopossíveis” (Chauí, 1992: 31-32). Sua idéia de fazer um “inventário das diferenças” entre os romanos também não apresenta nada de novo: Carcopino já o havia feito com várias categorias profissionais. Os títulos e subtítulos podem ser inovadores e estarem dentro dos padrões reconhecíveis por nossa sociedade, por definição consumidora (Baudrillard, 1995: 210), entretanto, embora tenha o texto uma aparente coerência interna, sua narrativa esconde um romano de elite<sup>13</sup>.

<sup>10</sup> Sobre algumas transformações nesta esfera, ver Giddens, 1993.

<sup>11</sup> Muitos dos assuntos tratados por Veyne podem ser encontrados, por exemplo, em Pierre Grimal (Grimal, s/d). Além disso, Veyne se utiliza claramente de um “modelo normativo de cultura” (Garraffoni, 1999; Jones, 1997). Deste ponto de vista, é impossível em Veyne encontrar-se um conceito de cultura como “as estruturas de significado através das quais os homens dão forma à sua experiência” (Geertz, 1989: 207).

<sup>12</sup> “Por el contrario el tiempo de la historia, realidad concreta y viva abandonada a su impulso irreversible, es el plasma mismo en que se bañan los fenómenos y algo así como el lugar de su inteligibilidad.” (Bloch, 1987: 26).

<sup>13</sup> “A concentração de uma constante permite explicar os acontecimentos; jogando-se com as variáveis pode-se recriar, a partir da constante, a diversidade das modificações históricas (...) (Veyne, 1983: 15). É assim que Veyne constrói seu próprio conceitual weberiano de ideal-tipo!

Assim, ao contrário de tentar demonstrar as várias rupturas entre as classes sociais, seus interesses próprios e suas diferentes perspectivas, procura transformar o “monopólio da classe dominante em bem comum de toda uma sociedade” (Carandini: 1979: 352). Andrea Carandini já apontava as características principais de seu texto, que seriam, por um lado, o essencial, a ordem, o necessário e o estrutural (a Ciência de Veyne), por outro, o superficial, a desordem, o acidental e o eventual (a História de Veyne) (Idem, p. 351). A história da Vida Privada de Veyne responderia, neste sentido, à necessidade contemporânea de um determinado consumo. Poder-se-ia afirmar que seu projeto de “sociedade romana”, é um projeto weberiano e pós-moderno (Gonçalves, 1988) que teria por base uma concepção de “sociedade administrada” (Jameson, 1996: 225). Assim, se pudéssemos responder a nossa pergunta inicial: no que Paul Veyne inova a historiografia? A resposta seria: em praticamente nada<sup>14</sup>.

Talvez uma parte das elites leitoras e em “decadência”, outra parcela da população economicamente emergente e necessitando de novos valores, agora órfãs da idéia de Estado-Nacional, sem referência no mundo da pós-modernidade, possam reinventar tais valores, imaginando reconstruir para si mesmas (sua representação), a idéia confortável de que estão a salvo por um ordenamento social imóvel; separadas por espaços delimitados e não alterados pelo tempo. Protegidas por um processo histórico imóvel e ordenado (o privado), estando fora do mundo da desordem (o público), e se reencontrado com sua identidade no simulacro invertido do idêntico, (sua História)<sup>15</sup>,

<sup>14</sup> Poderíamos nos perguntar como o fez Michel de Certeau: “Finalmente o que é uma ‘obra de valor’ no âmbito da história? Aquela que é reconhecida como tal pelos seus pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. Aquela que apresenta um progresso em relação ao estatuto atual dos ‘objetos’ e dos métodos históricos, e que, ligada ao meio no qual é elaborada, torna possíveis, a partir daí, novas pesquisas” (Certeau, 1988: 23). Assim, se a história de Veyne atingiu grande “impacto” sobre o público brasileiro que não possui acesso a outras obras, visto que não foram traduzidas para o português, em outros países o impacto não foi o mesmo.

<sup>15</sup> Como já havia criticado Fredrich Jameson, neste processo de “fadiga política” a própria sociedade civil se tornou “(...) um espaço vazio e profundamente colonizado pelo consumo e por seus modos e suas linguagens. É um resultado negativo da concretização da profecia (*sic!*) de Marx sobre a coletivização crescente esse processo ter deslocado os últimos remanescentes da experiência existencial para aquilo que costumava ser a esfera privada, traduzindo as iniciativas antes privadas em outras tantas alusões a produtos corporativados e outras tantas condutas e desejos sugeridos por imagens da pro-

só restando, frente a esta nova forma de narrativa histórica (para alguns “pseudo-história”-Calhoun, 1993), um único papel: o de espectador<sup>16</sup>!

## 2. POR UMA HISTÓRIA CONCEPTUAL DO PÚBLICO E DO PRIVADO ENTRE OS ROMANOS: EM BUSCA DE ELEMENTOS PARA UMA INCURSÃO

Poderíamos dizer que, historiograficamente, a análise da esfera “privada”, hoje, parece, tornou-se um elemento fundamental de entendimento do como nosso desenvolvimento histórico criou um

paganda. As imagens tradicionais da família (assim como outras da vida tradicional) dificilmente exercem qualquer atração para os indivíduos da pós-modernidade, que conseguem fantasiar uma vida privada apenas coletivamente, como novos tipos de redes tribais e passatempos organizados, que devem, no entanto, para se distinguirem de outras estruturas sociais similares, ser qualificados como não-oficiais e não-públicos” (Jameson, 1997: 72-73). Excetuando, o caráter “profético” relegado a Marx, não há dúvida, também, que a “vulgarização” de Foucault acabou por criar uma noção de sistema totalitário: “Se tudo agora é sistemático, a própria noção de sistema parece perder sua razão de ser, voltando apenas através do ‘retorno do reprimido’, nas formas mais horripilantes do ‘sistema total’ fantasiado por Weber, por Foucault e pelo pessoal de 1984” (Jameson, 1996: 402). Muito embora seus adeptos estejam, na sua maioria, longe da discussão (séria!) da aplicabilidade dos conceitos de Foucault à Antiguidade Clássica, continuam a surgir trabalhos que se utilizam vulgarmente deste conceitual, (assim como o fizeram os “marxistas vulgares” com a obra de Marx), como se o mesmo fosse uma “entidade mística e sombria que Foucault chama de ‘poder’ ” (Idem, p. 406). Assim, proliferam, também “weberianos vulgares” e seus congêneres foucaultianos. Como já afirmava Robert Darton: “O foucaultismo pop é uma tentação perigosa para o profissional que busca público. Oferecer uma legitimidade intelectual espúria, um atrativo esquerdista da moda e leitores. Isto não quer dizer que todo aquele que escreve sobre loucos e criminosos possa ser seguidor de Foucault, ou que todos os seguidores de Foucault possam ser acusados de vulgarizadores. Mas o Foucault vulgarizado, o Foucault da história pop só pode servir para trivializar a história em geral” (Darton, 1993: 109).

<sup>16</sup> A pós-modernidade da narrativa de Veyne, está em tentar ressuscitar a história de práticas romanas reduzindo estas a uma repetição de um “eu” contemporâneo: como afirmou Baudrillard “Já não é o inferno dos outros, é o inferno do mesmo” (Baudrillard, 1996: 130) – “Em resumo, interioriza-se o alheio” (Veyne, 1988: 78). Importante que reflexões sobre o poder (Bowman & Woolf, 1994; Favarsani, 1999), são substituídas, no caso de Veyne, pela idéia de potência, observando-se que, ao contrário de Veyne, Finley utiliza também um conceitual weberiano procurando constituir-lo na Antiguidade, não no presente (Finley, 1986). Neste sentido, o capítulo escrito por Peter Brown, *Antiguidade Tardia*, pp. 225-300, apresenta-se de qualidade historiográfica superior ao de Veyne.

espaço denominado “intimidade”<sup>17</sup>. Entretanto, os procedimentos da matriz francesa, de acordo com Fernando Novaes, ao acentuar seu caráter narrativo e descritivo levou a duas conseqüências;

“de um lado, belíssimas reconstituições de hábitos, de gestos, dos saberes, dos amores, do cotidiano, da sensibilidade, enfim da mentalité,” que “ficam pairando no espaço, como se nada tivessem a ver com as outras esferas da existência, as formas de estruturação da sociedade e do Estado, os modos de organização da vida material etc.” (Novaes, 1997: 08)<sup>18</sup>.

Talvez pudéssemos até mesmo equacionar, para fins didáticos, toda a história de Roma a partir da polarização entre o Público e Privado que agora parece substituir a antiga polarização popular-erudito<sup>19</sup> (pelo menos, no que diz respeito aquilo denominado por Hobsbawm de “moda histórica”). Para evitar essa moda, talvez fosse necessário, assim como fazia o viajante mítico irlandês, ponderar: “Se eu fosse você, realmente não começaria por aqui” (Hobsbawm, 1998: 206). Entretanto, vamos inicialmente ignorar o viajante, e procurar trilhar este caminho a partir de uma outra matriz.

Como lembrava Hannah Arendt: “Historicamente, é muito provável que o surgimento da

<sup>17</sup> De acordo com Henri Lefebvre seria no desdobramento do cotidiano que surgiria este espaço: “No cotidiano que prende as pessoas, a cotidianidade se opõe para elas ao não-cotidiano: ‘estar em casa’ no trabalho para alguns, nos lazeres para outros. Assim a cotidianidade se desdobra e uma de suas partes toma modo de existência imaginário. Na representação, o mais cotidiano escapa à cotidianidade. Para muitos, entre os quais os moradores da casa de campo, é a *intimidade* (imaginada e enfeitada como fora do alcance dos que estão no exterior, dos olhares, do sol, da vizinhança e até do resto da família, por paredes, cortinas, tapeçarias, com muitos objetos, na tranqüilidade, na discrição, no silêncio, num canto onde não acontece nada, na perfeita propriedade de um resíduo de um espaço e de tempo)” (Lefebvre, 1991: 132). Por este motivo a análise de Lefebvre demonstra o como este ideal-tipo moderno foi incorporado por Veyne: “Para todos, o sentido da vida é a vida desprovida de sentido; realizar-se é ter uma vida sem história, a cotidianidade perfeita” (Idem, p. 133). Ou seja, aquilo que o autor denomina por “cotidianidade do íntimo”, nos revela o como Veyne aplica sua “teoria weberiana” reduzindo um determinado presente francês, ou as representações de uma determinada categoria de presente, ao passado romano.

<sup>18</sup> Seria necessário observar se a coleção brasileira, da vida privada, procura fazer aquilo que condena na coleção francesa!

<sup>19</sup> Agora, aparentemente substituída por uma nova polarização: individual-coletivo. Veja-se *XXI Simpósio Nacional de História. História no novo Milênio: entre o Individual e o Coletivo, 2001*, Brasil.

*cidade-Estado e da esfera pública tenha ocorrido às custas da esfera privada da família e do lar*” (Arendt, 1997: 38)<sup>20</sup>. Deste ponto de vista, se cada época, como sentenciou Georges Duby, está condicionada mentalmente a construir “sua própria representação do passado, sua própria Roma e sua própria Atenas” (Duby, 1980: 44), talvez o elemento “historicidade”, o qual lembrou Hannah Arendt, possa possibilitar que evitemos reduzir este passado ao eterno presente instantâneo e imutável das representações.

Se como afirmou Veyne, o Privado em oposição ao Público “é um dos adjetivos mais empregados da língua latina” (Veyne, 1992: 164), é justamente porque a linguagem, assim como as instituições a que nomeia e representa, também sofre e reflete transformações: talvez historicizar os conceitos de privado e público, possa resultar em um diálogo, como já lembrava Jacques Le Goff, “entre imobilismo e mudança” (Le Goff, 1990: 189)<sup>21</sup>.

Uma das formas possíveis, pode ser a utilização de outros conceitos históricos que, embora pareçam estar fora “de moda”, podem ser redimensionados e repensados a partir destes novos conceitos. Por exemplo, o conceito, acreditado hoje por muitos, como uma excrescência do positivismo: o de periodização (como se estes “novos” conceitos não tivessem, historicamente, o mesmo fim). Talvez fosse possível observar o como, a partir do jogo conceitual entre público e privado, estas esferas vão se formando no período Republicano até ganhar certas definições mais claras no Alto Império e, neste, o como se dá sua diversificação a partir de novas práticas e espaços geográficos diferenciados (cf. Millar, 1973) até, posteriormente, seus desdobramentos e sua complexidade no Baixo Império.

Assim, na *urbs* Republicana, em seu período inicial, o espaço privado, a propriedade e a família rústica seriam essenciais na criação, manutenção,

<sup>20</sup> Pois, “Contrariamente ao funcionamento do processo produtivo nas sociedades capitalistas, onde as relações de produção entre capitalistas e operários parecem amplamente independentes dos laços religiosos, políticos e mesmo familiares que podem estabelecer-se entre esses dois grupos sociais, as relações de produção nas sociedades primitivas, arcaicas ou antigas, não surgem como que separadas das relações sociais, políticas, religiosas, familiares” (Annequin *et alii*, 1978: 15).

<sup>21</sup> Ainda, de acordo com Georges Duby, “...é estudando esses movimentos que nos tornamos aptos a colocar, em toda sua extensão, o problema entre as ideologias e o que Karl Marx denomina a prática social” (Duby, 1988: 140).

perpetuação e existência de um espaço público, baseado nas formas de propriedade e de sua gestão<sup>22</sup>. Esta mesma gestão, estava relacionada intimamente com a gestão da *res publica* via existência da propriedade privada (a terra) que possibilitava a ascensão do plebeu à cidadania de direito e, portanto, a sua exclusão pela ausência, pela privação<sup>23</sup>.

Talvez, neste sentido, torne-se inteligível que todas as lutas sociais na chamada “transição” da Monarquia para inícios da República, quer de plebeus enriquecidos e com posses, quer de uma clientela e de plebeus despossuídos de bens imóveis (a terra), se dêem em torno da distribuição das terras de um Estado, cujo poder, suas formas de organização da vida pública e de suas instituições legais de direito, estão baseadas e são justificadas na propriedade privada<sup>24</sup>. É a exclusão da terra que impede o estabelecimento claro de um poder público e, portanto, uma possível esfera privada, pois todas as lutas pela constituição deste chamado lugar do “público” depende das lutas em torno da constituição de proprietários de bens privados. Assim o entendia Tibério Graco, quando propôs a Reforma Agrária. Em seu discurso, estabelece a relação fundamental entre o aspecto “propriedade

<sup>22</sup> “ A família primitiva era uma unidade económica, social e religiosa. O chefe da família (*pater familias*) detinha uma autoridade (*autoritas*) que lhe conferia um poder ilimitado sobre a mulher, os filhos, os escravos e os bens da família (*res familiaris*). Competiam-lhe a administração dos bens da família (*bonorum administratio*) e a orientação da actividade económica desta, principalmente relativo ao cultivo da propriedade agrícola familiar. (...) Além destas funções competiam-lhe, como sacerdote, o culto dos antepassados (*sacra familiariae*). O seu poder quase ilimitado, a que correspondia, na vida política, o domínio dos chefes das principais famílias da nobreza, é exemplificado pelo direito, exarado na Lei das XII Tábuas, de poder vender os próprios filhos como escravos”. (Alföldy, 1989: 21).

<sup>23</sup> Diferenciação que se é possível ser verificada já na Etrúria Arcaica (Guarinello, 1987: 49-62). Com o desenvolvimento da República teremos a “invenção” do *census* para “calcular com exactidão o número de todos os cidadãos. Mas atenção: só são considerados cidadãos aqueles que podem ser mobilizados em caso de guerra, que pagarão seus impostos e que participarão nas decisões e na ação. (...) só ele determinará o papel exacto que cada cidadão terá de desempenhar no palco da vida cívica: o posto e os deveres no exército, o montante de seus eventuais tributos, mas também (e este é um aspecto característico de Roma) o seu direito de participar nas deliberações políticas e de acesso aos graus e ‘às honras’ da cidade. Em suma, observa-se que da atribuição de um lugar preciso num vasto sistema de ordens, de classes, de tribos e de centúrias dependerá, em grande parte, a condição de cada um, a sua existência autêntica e concreta.” (Nicolet, 1992: 28).

<sup>24</sup> Ver discussão aprofundada em Cardoso, 1994: 173-192.

privada”<sup>25</sup> e bem público, fortalecedor da família e do próprio Estado:

*“Os animais da Itália possuem cada um sua toca, seu abrigo, seu refúgio. No entanto, os homens que combatem e morrem pela Itália estão à mercê do ar e da luz, e nada mais: sem lar, sem casa, erram com suas mulheres e crianças. Os generais mentem aos soldados quando, na hora do combate, os exortam a defender contra o inimigo suas tumbas e seus lugares de culto, pois nenhum destes romanos possui nem altar de família, nem sepultura de ancestral. É para o luxo e enriquecimento de outrem que combatem e morrem tais pretensos senhores do mundo, que não possuem sequer um torrão de terra.” (Plut. Tib. Grac. 9,4)*

Embora este processo seja verificável em uma primeira fase da República, na qual as lutas internas levam a uma expansão política e militar de característica coletiva, levando ao que foi denominado de “Imperialismo Antigo” (Guarinello, 1987: 09-10), o mesmo processo, o da necessidade desta riqueza privada para a entrada em um corpo político citadino, pode ser verificado em períodos posteriores já sobre o Império. Claude Lefort, analisando a interpretação de Marx sobre o desenvolvimento do conceito de Modo de Produção, dito Antigo, chegaria às seguintes conclusões. Quanto ao cidadão romano:

*“Este é um proprietário livre e independente, ligado a todos os outros, na residência, por uma relação de reciprocidade (...) Não é, todavia, o produto da coalizão dos proprietários, nem aparece a eles como tal. O estatuto de proprietário permanece condicionado por pertencer à comunidade. A relação do indivíduo à terra não desapareceu, mas está implicada em sua relação à cidade ou, melhor dizendo, ao Estado. Em outras palavras, sua independência decorre de um estado primeiro de dependência do qual não é autor, mas que assinala o poder de uma entidade transcendente. (...)*

*Deste ponto de vista, a dupla determinação do indivíduo enquanto proprietário e cidadão mostra-se característica do modo de produção antigo, mas o primeiro termo está incluído no segundo. ‘O proprietário privado só o é em sua qualidade de Romano, mas enquanto Romano ele é proprie-*

<sup>25</sup> Veja-se que o termo utilizado, aqui, já é o de “propriedade”, e não de “posse” (Marx, 1974: 123-124). Sobre este texto em geral, veja-se o “Terceiro Manuscrito” (Propriedade Privada e Trabalho), principalmente págs 09 a 34 (Ver bibliografia).

tário privado' (p.318). Ou, dir-se-á ainda, a dupla determinação da propriedade existe mesmo, como propriedade do Estado (*Ager publicus*) e propriedade privada, mas esta última não poderia tirar de si mesma sua legitimidade: ela encontra seu fundamento e sua garantia na primeira. (...)

(...) Sua extensão, o crescimento do número de proprietários, a ocupação de novas terras por meio da guerra, os conflitos pela repartição das terras, a utilização de uma mão-de-obra de escravos, a multiplicação das necessidades, o desenvolvimento de atividades comerciais e artesanais que criam uma riqueza estranha à propriedade fundiária e uma nova camada social na cidade, são acontecimentos cuja conseqüência é destruir o quadro primeiro da comunidade, o modo de propriedade." (Lefort, 1978: 218)<sup>26</sup>

Esta mudança no caráter da riqueza privada, denuncia o como, posteriormente, na sociedade romana Imperial, a possibilidade de ascensão social tornar-se-ia possível através do esvaziamento de certos poderes legais e ideológicos, de certas instituições fundamentais do poder "público" republicano como, por exemplo, o Senado (além de necessariamente não se constituir por formas de violência social generalizada como no período Republicano)<sup>27</sup>.

Do ponto de vista regional, já sob o Império, este fenômeno pode ser observado em Pompéia "quando aparecem no cenário a elite dos libertos" enriquecidos (Funari, 1994: 03), que representam uma média de 90%, num período que se estende de 50 a 79 d.C., e que concorrem aos cargos públicos da cidade. Portanto, o requisito fundamental para a participação no "espaço público", ainda é o da riqueza privada de uma maioria de comerciantes, muitos deles proprietários de

<sup>26</sup> Ver todo o capítulo, intitulado: "Marx: de uma visão da história a outra" (pp.211-249), bem como as críticas levantadas sobre esta interpretação, seus limites e contribuições.

<sup>27</sup> Sobre a possibilidade de ascensão social no Império, ver Hopkins, 1965 e 1993. Weaver parte das seguintes proposições para analisar esta mobilidade: "(1) social mobility can usefully be seen as a process of status dissonance; (2) social mobility was a product of the structural differentiation of institutions (including an investigation of the importance of bureaucracy as a differential source of mobility for the lower ranks of society); (3) certain patterns of mobility may be best understood as the product of conflict between the emperor and the aristocracy, and between these two and structurally differentiated institutions (Weaver, 1967: 04). Sobre este aspecto (mobilidade social), existe um conflito historiográfico entre marxistas e weberianos (além de algumas tentativas de aproximação conceitual), bem como com outras escolas interpretativas como, por exemplo, a Escola de Cambridge.

terras<sup>28</sup>. Assim, só artificialmente podemos separar, na Pompéia Imperial, um ilusório mundo público sem inter-relação direta com um espaço privado. Digamos que o conceito de "interdependência" (Funari, 1996; Carreras & Funari, 1998) seja útil, também, para o melhor entendimento do funcionamento destes espaços urbanos que, via de regra, possuem uma dependência com os espaços rurais, com sua exploração e com a comercialização de seus produtos<sup>29</sup> como, por exemplo, pode ser verificado no caso da cerâmica do Arezzo (Carvalho, 1995: 105-114).

Seria esta propriedade privada que, num primeiro momento, se torna um aspecto fundamental nas lutas de constituição de um "direito" à participação nas coisas públicas e, depois de estabelecidos os direitos de cidadania, agem "regulamentando o conjunto da vida social e definindo as liberdades e os deveres de cada um" (Châtelet, *et alii*, 1985: 23). A chamada "vida pública" permanecerá intimamente ligada à várias especificidades de contornos políticos que receberá no seu futuro: lugar de disputa por votos, a arte retórica será a forma de expressão amplamente desenvolvida na esfera política, denunciando a importância de promessas materiais, de ganho privado, e como estas podem se reverter, novamente, em benefício político<sup>30</sup>. Quinto Cícero, em suas *Notas sobre as eleições*, já ensinava o como um futuro candidato deveria proceder para atingir seu objetivo, qual seja: a manipulação do eleitorado:

*"Para ganhar o favor popular, o candidato deve conhecer os eleitores por seu nome, elogiá-los e*

<sup>28</sup> "Evidentemente ci fu un ulteriore investimento di liquidi, ancora in possesso di alcuni, in proprietà terriere" (Kuziscin, 1984: 164).

<sup>29</sup> Aspecto que Pedro Paulo Funari já esboçava em alguns artigos sobre a Bética romana: "Antes de mais nada, tornou-se claro que a compreensão do funcionamento e da transformação de cada ramo de atividade depende de se considerar sua ligação necessária com os outros setores. (...) Além dessa interação sincrônica, a estratégia de exploração de recursos a nível regional decorria de relações de classe em constante mutação tanto na Província quanto no quadro do Império como um todo" (Funari, 1986: 180). Podemos encontrar no Alto Império romano, outras formas de exploração do trabalho que não apenas a escravista. Exemplo disso é a existência do sistema do colonato africano, o qual é adaptado às necessidades da exploração imperial romana (Annequin, *Op. Cit.*, p. 25-27). Para a Bretanha romana, veja-se também, Funari, 2000: 295-311.

<sup>30</sup> Sobre a importância da persuasão, veja-se Fergus Millar: "(...) the individual orator using persuasion, and addressing his words to the crowd which has the right of voting and decision" (Millar, 1986: 09).

*bajulá-los, ser generoso, fazer propaganda e levantar-lhes a esperança de um emprego no governo(...)*

*A generosidade é um tema amplo. Talvez sua renda privada não possa atingir todo eleitorado, mas seus amigos podem ajudá-lo a agradar a plebe. Ofereça banquetes e providencie para que seus amigos façam o mesmo, procurando atingir os eleitores ao acaso e o eleitorado específico de cada tribo(...)*

*(...) Faça com que seus eleitores falem e pensem que você... é generoso e aberto, que, mesmo antes de amanhecer, sua casa está repleta de amigos, que todas as classes são suas aliadas, que você fez promessas para todo mundo e que as cumpriu, realmente, para a maior parte das pessoas.*

*Sua campanha, na medida do possível, deve levantar, contra seus adversários, suspeitas negativas, apropriadas às suas personalidades, envolvendo crimes, vícios e corrupção(...)*

*Lembre-se de que esta é Roma, uma cidade composta de uma multidão de povos, cheia de falsidades, enganações e vícios de todo os tipos (...) É necessário, penso, muito bom-senso e destreza para um só indivíduo conseguir evitar antagonismos, boatos e armadilhas e adaptar-se a uma variedade de personalidades, pontos de vista e interesses."*

(Q. Cic., *Comm. Pet.* 41-54, in. Cic. *Epist.*)

Podemos perceber pelo comportamento de Quinto Cícero, que este espaço público se estabelece e o como faz parte de um processo político-ideológico que apresenta mudanças em comparação com o primeiro período Republicano. Aqui, é a própria esfera pública que se potencializa ainda mais, visando estabelecer mais claramente garantias de um processo de aquisição de bens e riquezas privadas. Além disso, estabelecido e desenvolvido um espaço urbano complexo, é possível para sua existência, na cidade de Roma (bem como em outras cidades imperiais), deste mesmo espaço público, agora não mais se confundindo claramente com uma possível expropriação de riqueza de um espaço rural –mas dependente deste–, gerar internamente seu próprio núcleo de interesse privado<sup>31</sup>.

O espaço público como delimitador de legalidade de uma esfera de trocas comerciais entre membros da sociedade, pode ser agora tomado como um dos lugares privilegiados no qual os interesses privados encontram sua razão de ser e exis-

<sup>31</sup> Cabe lembrar, como já advertia Ciro Flamarion Cardoso que “as atividades sociais não se esgotam na discursividade” (Cardoso, 1988: 111).

tir e, por este motivo, lugar de lutas políticas por interesses de grupos específicos. Não pode haver, dessa forma, uma conceituação rígida entre um “público” e um “privado”, visto que ambos delimitam práticas interdependentes e que se justificam, superpõem e encontram sua própria razão de existência um no outro, e que encontram variações regionais e culturais próprias.

A mudança de estatuto da propriedade privada, do meio de obtê-la, pode significar um aspecto importante da mudança de uma mentalidade, fundada em velhas instituições republicanas que, ao longo de uma série de mudanças e desenvolvimentos, exigiram novas práticas no que se refere a esfera do espaço público. Embora estas novas cidades imperiais (*os municipia*), estes centros urbanizados como Roma, se tornem núcleos centrais de troca de mercadorias e de consumo, é a prática política pública que define seus contornos sociais e econômicos. Portanto, não são cidades consumidoras como propôs Max Weber (Funari, 1997b: 02)<sup>32</sup>, mas cidades onde prevalece a prática política como meio de sustentação e distribuição de riquezas de todo um sistema social, baseado na propriedade de bens privados e na geração de possibilidades de troca e de consumo.

Se o período do Alto Império será marcado pelo domínio romano do Mediterrâneo e pela incorporação de vários povos tributários, o que exigiu um crescente corpo de funcionários (Funari, 2001:90-91), o período seguinte será marcado por um processo de descentralização político-econômico, o qual pode ser verificado no recrudescimento das relações. Assim, em inícios do século III d. C., com uma precária estabilização e reformulação do Império, se estabeleceriam novas práticas econômicas e novas relações sociais no campo e na cidade, que tentariam retomar certos contornos que o estatuto de propriedade privada fundiária possuiu na República. Esta ganharia novas dimensões, já em um período de transformações internas de fronteiras, do desenvolvimento de um novo estatuto de cidadania, além de outras

<sup>32</sup> Ou nas palavras de Philippe Leveau: “Mais il ne me paraît pas rendre compte du rôle capital des aristocraties urbaines dans l’organisation de la production agricole ni dans celle du commerce. Dans leurs dépenses évergétiques, les notables municipaux n’utilisaient pas seulement les profits de la terre, ils disposaient aussi de sommes gagnées dans leur participation aux échanges commerciaux. Oui, donc, à la “ville politique”, non à la “ville de consommation” (Leveau, 1983: 281). Para Max Weber o Império era “um conglomerado de cidades que exploravam o campo”. Por este motivo sua idéia de “decadência” é originada diretamente dessa “decadência da cidade e do comércio” (Weber, 1991: 52-53).

mudanças<sup>33</sup>, que colocam em questão novamente a propriedade privada como um meio de participação política, o que também revela uma possível transformação na importância do comércio como via de enriquecimento e de acesso aos cargos públicos recebendo estes, inclusive, isenção de impostos municipais: *munera* (Silva, 1996: 179). Amiano Marcelino, já apontava indícios de outras práticas, como a delação e aguçamento das rivalidades internas, entre os nobres aristocratas, na intenção do acúmulo privado de bens e no alargamento do poder político local:

*“Os poderosos da corte também faziam soar as trombetas das guerras civis para incorporar a seus bens os dos condenados, que eles cobizavam, e para ter meios de realizar inúmeros prejuízos sobre os domínios de seus vizinhos.”* (Am. Marc. Hist. XVI, 8, 11)

No Baixo Império, a mudança do patronato tradicional por patronos investidos de autoridade local e de funções administrativas civis e militares “atuavam tanto em relação aos centros urbanos como, e principalmente, no campo”. A violência governamental “é evidenciada pelo caráter prescritivo das leis, pelas formas de atuação da burocracia imperial; pelo isolamento do imperador em relação aos seus súditos e, principalmente, pela tendência dos funcionários públicos para canalizar sua autoridade em benefício próprio. Além de um aumento de funcionários em comparação com o século II d. C., a criação destes novos poderes e funções, uma verdadeira especialização do funcionalismo (Ribeiro Machado, 2000:92), induzia “seus componentes a usarem sua autoridade pública em benefício privado, principalmente através da concentração da riqueza fundiária” (Mendes, 1996: 266-270)<sup>34</sup>.

Aqui, o conceito de “colapso” (Mendes, 1995), ao contrário de “decadência”, talvez seja o melhor definidor dos vários fenômenos que levaram o Império a uma trajetória de momentos críti-

<sup>33</sup> Embora alguns autores defendam uma hipótese de que a organização produtiva, de II a. C. até II d.C. fosse basicamente levada a cabo por escravos, desenvolvendo-se em um processo que começaria a alterar-se a partir do século II d. C., com o estabelecimento do regime de colonato (Thébert, 1992; Oliveira, 1996: 130), outros acreditam que “le force di lavoro in agricoltura durante l'imperio erano miste, libere e servili (...)” (De Martino, 1979: 285).

<sup>34</sup> No período da denominada **Usurpação** (284-395) já existe uma tentativa da legitimação do poder central através da distribuição dos *donativa*. Atitude que tinha por objetivo tornar o poder central um dispensador “por excelência de benesses e de abundância” (Silva, 1996: 97-98).

cos. A partir de 368 d. C., a nomeação dos *defensores plebis* demonstra a necessidade de “proteger as comunidades da violência e da injustiça” e, apesar do seu pouco êxito, “esta evolução, bem como a crescente autonomia das grandes propriedades, demonstrava claramente que o colapso da organização estatal não estava relacionado com a transformação ou com o enfraquecimento da organização social existente: muito pelo contrário, este processo produziu um reforço da camada dos grandes proprietários rurais e uma maior generalização da dependência de grandes massas populacionais...” (Alföldy, 1989: 229).

Maria Corassin já havia afirmado que mesmo a *História Augusta* provém “de um meio bem definido: a aristocracia pagã da cidade de Roma, da qual expressa seu pensamento. Em fins do século IV, a ordem senatorial era de composição heterogênea, reunindo elementos de origem social, racial e geográfica diversa. No senado da *Urbs*, o contraste era evidente: os aristocratas romanos de sangue mais nobre e de famílias de maior antigüidade formavam um núcleo que se pretendia remontar à *nobilitas* dos tempos da República. (...) O Estado romano, nesta fase tardia do Império, não alterou a condição de privilégio econômico dos membros desta aristocracia”. Tal núcleo, por ser uma minoria, “opunha-se ao Estado centralizador, autocrático, mantenedor de uma burocracia, de uma corte e de um exército altamente onerosos” (Corassin, 1997: 208)<sup>35</sup>.

Processo contínuo, verificar-se-á em Roma uma relação íntima entre Senado e algumas províncias, quer no tocante a vida social, política e material. Neste sentido, quando os senadores assumiam o poder de certas províncias, pouca distinção faziam entre “aspectos públicos e privados”, visto que possuíam grande parte das terras destas mesmas províncias (Mendes, 1996: 265)<sup>36</sup>.

Podemos observar, assim, que os chamados “privado” e “público” podem vir a ter significados diferentes na compreensão de elementos em trans-

<sup>35</sup> Gilvan Ventura da Silva, por outro lado, acredita que no período dos usurpadores inexistia “uma proposta de redefinição do sistema político constatável nos períodos de luta revolucionária, quando os antigos parâmetros de organização do Estado são rejeitados *in toto* e se busca estabelecer uma ordem utopicamente nova, sem ascendência de um passado próximo que se reputa longínquo ou mesmo que se supõe anular” (Idem, p. 99)

<sup>36</sup> Renan Frighetto observa que, “os *virii illustri* constituíam a camada mais elevada da ordem senatorial baixo-imperial, sendo detentores de amplas concentrações de *villas* e de *fundi*” (Frighetto, 2000: 68).

formação na sociedade romana em alguns períodos e contextos, demonstrando que a partir de determinadas periodizações torna-se possível verificar certos aspectos como mudanças e/ou fraturas no corpo social e nos interesses específicos dos grupos, bem como em processos que apresentam dentro da história romana, desde relações face-a-face, até níveis de alta complexidade.

Podemos ir além, e chegar a estabelecer uma relação direta entre o termo original latino que define o espaço do “*privatus*” como uma esfera da qual faz parte o homem que venceu a qualidade de privação e que possui, por este motivo, a qualidade de poder participar da esfera do “*publicus*”. Além disso, podemos refletir temporalmente sobre a transformação da cidade, enquanto espaço de violência generalizada (pela divisão da propriedade), como um espaço que se transforma em espaço de embates, através do jogo discursivo simbólico visando interesses privados, e no qual predomina o discurso como cooptador destes interesses<sup>37</sup>. Estes, não mais possíveis de serem estabelecidos e fundados na violência física: violência que sob o Império, em um primeiro momento, torna-se de monopólio da esfera pública centralizada, e não mais centralizado em uma nobreza patricia, proprietária, e de sangue, mas possível apenas no espaço privado como um lugar privilegiado da violência individual<sup>38</sup>. Com seu desenvolvimento, a violência é substituída por práticas patrimonialistas que procuram fortalecimento regional em detrimento de um centro de onde emane o poder público.

Desta forma, público e privado se complementam e possibilitam uma explicação mútua, demonstrando o porque, na língua latina, aparecem sempre citados como termos que indicam, ou privilégios, ou exclusões, possibilidades de direitos e de riquezas ou a de injustiças e de indigência<sup>39</sup>. Portanto, como “público” e “privado” são mais que simplesmente espaços mas, os próprios termos,

<sup>37</sup> O conceito de cooptação, não deve ser confundido com as propostas de Jongman (Jongman, 1991) ou de Mouritsen (Mouritsen, 1996). Ver crítica em Funari (Funari, 1997b: 02-03).

<sup>38</sup> Assim, podemos entender este “monopólio”, como já afirmava Norbert Elias, “como ponto de intersecção de grande número de interconexões sociais (...)” (Elias, 1990: 17).

<sup>39</sup> Catherine Darbo-Peschanski, por exemplo, propõe para analisar a Antigüidade grega “une anthropologie de la marginalité et du désordre qui appelle la politique comme une nécessité

problemas históricos a serem refletidos dentro de um enorme número de possibilidades, quanto a sua utilização conceitual e sobre as instâncias sociais que podem nomear, definir ou, como preferem outros, representar.

Deste ponto de vista, a obra de Marx continua sendo fundamental e, ainda mesmo, um espaço privilegiado para debates entre novas correntes interpretativas e possibilidades de criação e aperfeiçoamento de um número maior de conceitos que visem uma aplicabilidade ao mundo romano e suas transformações<sup>40</sup>: muito embora o historiador da antigüidade deva dedicar-se, em primeiro lugar, a conhecer o “sentido original dos conceitos antigos” (Momigliano, 1984: 484; c.f. Funari, 1997c).

## AGRADECIMENTOS

Ainda que a responsabilidade pelas idéias emitidas restrinja-se ao seu autor, gostaria de agradecer aos seguintes colegas: Alves, Laci M. A.; Arias Neto, José M.; Canavarros, Otávio; Favarsani, Fábio; Ferreira, Ivanildo J.; Francisco, Adilson J.; Frighetto, Renan; Funari, Pedro P.; Garraffoni, Renata S.; Goethert, Jones D.; Guarinello, Norberto L.; Isaac, Paulo A. M.; Markos, Maria E.; Oliveira, Andréa L. D.; Paes de Almeida, Jozimar; Reynaldo, Ney I.; Silva, Gilvan V.; Teté Ramos, Márcia E.; Viegas da Silva, Robinson F.

Finalmente, ao Departamento de História da Universidade Federal do Mato Grosso, Campus de Rondonópolis, pelo convite e pela oportunidade de debate, e ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, à Coordenação de Pós-Graduação e à Direção do Centro de Ciências Humanas, pelo apoio institucional.

vitale de conservation et d’organisation” (Darbo-Peschanski, 1996: 730). Outros autores, por exemplo, não separam em pólos estanques uma “vida privada” de uma “vida pública” (Robert, 1985; Pavolini, 1994; Funari, 1994; Pitta, 1999). Obviamente, as relações da História com outras ciências humanas é de fundamental importância, embora não possamos nos entregar a um “modernismo de pacotilha” (Bois, 1993: 256).

<sup>40</sup> Veja-se as análises de Mario Mazza sobre o desenvolvimento da pesquisa sobre Antigüidade (Mazza, 1978b), bem como uma proposta de reavaliação e uso do conceptual marxista (Mazza, 1978a).

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFÖLDY, G. (1989), *A História Social de Roma*. Lisboa: Presença.
- AMNIEN, Marcellin. (1968), *Histoire*. Texte Traduit par Édouard Galletier. Paris: Les Belles Lettres, T. 1.
- ANNEQUIN, J. et alii. (Org.) (1978), *Formas de exploração do trabalho e relações sociais na Antiguidade Clássica*. Lisboa: Estampa.
- ARENDETT, H. (1997), *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ARIAS NETO, J. M. & GONÇALVES, C. R. (1997), "O ensino de História Antiga através de painéis didáticos: o Público e o Privado em Roma Antiga". In. LAMB, R.E. & LEANDRO, J. A. (Org.), *V Encontro Regional de História. História e Cultura*. Ponta Grossa: Ed. UEPG/CNPq, pp. 219-225.
- BAUDRILLARD, J. (1995), *A Sociedade de Consumo*. Rio de Janeiro: Elfos.
- BAUDRILLARD, J. (1996), *A Transparência do Mal. Ensaio sobre os Fenômenos Extremos*. Campinas: Papirus.
- BLOCH, M. (1987), *Introducción a la historia*. México: Fondo de Cultura Económica.
- BOIS, G. (1993), "Marxismo e história nova". In. LE GOFF, J. (Dir.) *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 241-260.
- BOWMAN, A. K. & WOOLF, G. (1994), *Literacy and power in the ancient world*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BURKE, P. (1989), *Cultura Popular na Idade Moderna, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CALHOUN, C. (1993), "Postmodernism and pseudohistory". *Theory, Culture and Society*. 10, pp. 75-96.
- CARANDINI, A. (1979), *Archeologia e Cultura Materiale. Daí "lavori senza gloria" nell'antichità a una politica dei beni culturali*. Bari: De Donato.
- CARCOPINO, J. (s/d), *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império*. Lisboa: Livros do Brasil.
- CARDOSO, C. F. S. (1988), *Ensaio Racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus.
- CARDOSO, C. F. S. (1994), "Economia e Sociedade Antigas: conceitos e debates". In. - *Sete Olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Unb, pp. 173-192.
- CARRERAS, C. M. & FUNARI, P. P. A. (1998), *Britannia y el Mediterráneo: Estudios sobre el abastecimiento de aceite bético y africano en Britannia*. Barcelona: Universitat de Barcelona/CEIPAC.
- CARVALHO, M. M. (1995), "História e Arqueologia: uma interpretação sobre o comércio da Cerâmica de Arezzo na Época de Augusto (27 a. C. a 14 d. C.)". *Phoënix. Revista do Laboratório de História Antiga*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, pp. 105-114
- CASSIN, B., LORAUX, N. & DARBO-PESCHANSKI, C. (1993), *Gregos, Bárbaros, Estrangeiros. A cidade e seus outros*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- CERTEAU, M. (1988), "A operação histórica". In. LE GOFF, J. & NORA, P. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, pp. 17-48.
- CHÂTELET, F. et alii. (1985), *História das Idéias Políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CHAUÍ, M. (1992), "Modernismo, Pós-Modernismo e Marxismo" In. CASTORIADIS, C. et alii. *A Criação Histórica*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- CICERONE (1927), *Epistolario*. Versione di Eugenio Giovanetti diretta da Ettore Romagnoli. Milán: Istituto Editoriale Italiano.
- CORASSIN, M. L. (1997), "A idealização do Príncipe na ideologia aristocrática romana". *Boletim do CPA. (Centro de Estudos e Documentação sobre o Pensamento Antigo Clássico, Helenístico e sua Posteridade Histórica)*. IFCH, Unicamp, 4, pp. 197-210.
- DARBO-PESCHANSKI, C. (1996), "Condition Humaine, Condition Politique. Fondements de la politique dans la Grèce archaïque et classique". *Annales. HSS.- L'Invention du Politique*. 4, pp. 711-732.
- DARTON, R. (1993), "Foucaultismo Pop". *Pós-História*. UNESP/Assis, 1, pp. 107-109.
- DE MARTINO, F. (1979), *Storia Economica di Roma Antica, II*. Firenze: Ed. La Nuova Italia.
- DUBY, G. (1980), "Un nominaliste bien tempéré". *Dialogues*. Paris: Flammarion, pp. 37-66.
- DUBY, G. (1988), "História social e Ideologias das sociedades". In. LE GOFF, J. & NORA, P. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, pp. 130-145.
- ELIAS, N. (1990), *O Processo Civilizador. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FAVERSANI, F. (1999), *A Pobreza no Satyricon, de Petronio*. Ouro Preto: UFOP.
- FINLEY, M. I. (1986), *A Economia Antiga*. Porto: Afrontamento.
- FRASCA, R. (1996), *Educazione e formazione a Roma. Storia, testi, immagini*. Bari: Dedalo.
- FRASCHETTI, A. (1996), "O Mundo Romano". LEVI, G. & SHMITT, J.-C. *História dos Jovens, v. 1. Da Antiguidade à era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 59-95.
- FRIGHETTO, R. (2000), *Cultura e Poder na Antiguidade Tardia Ocidental*. Curitiba: Juruá.
- FUNARI, P. P. A. (1986), "As estratégias de exploração de recursos do Vale do Guadalquivir em Época Romana". *Revista Brasileira de História. Terra e Poder*. ANPUH/Marco Zero, 12, pp. 169-186.
- FUNARI, P. P. A. (1994), *Roma, vida Pública e Privada*. São Paulo: Atual.
- FUNARI, P. P. A. (1995), "Atopropais simbolism at

- Pompeii: a reading of the graffiti evidence". *Revista de História*. FFLCH/USP, 132, pp. 09-17.
- FUNARI, P. P. A. (1996), *Dressel 20 amphora inscriptions from and the consumption of Spanish olive oil, with a catalogue of stamps*. Oxford: Tempus Reparatum.
- FUNARI, P. P. A. (1997a), "Cidadania, Erudição e Pesquisas sobre a Antigüidade Clássica no Brasil". *Boletim do CPA. (Centro de Estudos e Documentação sobre o Pensamento Antigo Clássico, Helenístico e sua Posteridade Histórica)*. IFCH, Unicamp, 3, pp. 83-97.
- FUNARI, P. P. A. (1997 b), "Reflexões recentes em torno da cidade romana". In. *I Ciclo de Palestras Interdisciplinares: Tempo, Espaço e Utopia nas Cidades*. Araraquara SP: UNESP, pp. 01-33 (texto inédito!).
- FUNARI, P. P. A. (1997c), *Os Debates Historiográficos sobre a Antigüidade Clássica e as Ciências Humanas: Letras, Literatura e Lingüística*. (Texto Inédito), pp. 01-19.
- FUNARI, P. P. A. (2000), "O Comércio Interprovincial e a Natureza das Trocas Econômicas no Alto Império Romano: as Evidências do Azeite Bético na Bretanha". *Phoînix. Revista do Laboratório de História Antiga*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, v. 6, pp. 295-311.
- FUNARI, P. P. A. (2001), *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto.
- FURET, F. (s/d), *A oficina da História*. Lisboa: Gradiva.
- GARRAFFONI, R. S. (1999), *Bandidos e Salteadores: Concepções da elite romana sobre a transgressão social*. Campinas: IFCH/Unicamp, (Texto inédito-Mestrado).
- GEERTZ, C. (1989), *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- GIBBON, E. (1989), *Declínio e Queda do Império Romano* (Edição Abreviada). São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro.
- GIDDENS, A. (1993), *A transformação da Intimidade. Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. São Paulo: EDUSP.
- GONÇALVES, C. R. (1998), "Classe e Cultura no Alto Império Romano: os Libertos de Paul Veyne". *Boletim do CPA. (Centro de Estudos e Documentação sobre o Pensamento Antigo Clássico, Helenístico e sua Posteridade Histórica)*. IFCH, Unicamp, 5/6, pp. 235-256.
- GRIMAL, P. (s/d), *A Vida em Roma na Antigüidade*. Lisboa: Europa-América.
- GUARINELLO, N. (1986/87), "Classe e Cultura na Etrúria Arcaica". *Revista Brasileira de História. Cultura e Linguagens*. ANPUH/Marco Zero, 7/13, pp. 49-62.
- GUARINELLO, N. (1987), *Imperialismo Greco-Romano*. São Paulo: Ática.
- HOBSBAWM, E. (1998), *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOPKINS, K. (1965), "Élite mobility in the Roman Empire". *Past and Present*. 32, pp. 12-32.
- HOPKINS, K. (1993), "Novel Evidence for Roman Slavery". *Past and Present*. 138, pp. 03-27.
- JAMESON, F. (1996), *Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática.
- JAMESON, F. (1997), *As Sementes do Tempo*. São Paulo: Ática.
- JONES, S. (1997), *The Archaeology of Ethnicity. Constructing Identities in the Past and Present*. Londres: Routledge.
- JONGMAN, W. (1991), *The Economy and Society of Pompeii*. Amsterdam: J.C. Gieben Publisher.
- KUZISCIN, V. I. (1984), *La Grande Proprietà Agraria nell'Italia Romana*. Roma: Riuniti.
- LE GOFF, J. (1990), *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70.
- LEFEBVRE, H. (1991), *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática.
- LEFORT, C. (1978), *As Formas da História*. São Paulo: Brasiliense.
- LEVEAU, P. (1983), "La ville antique, 'ville de consommation' ? Parasitisme social et économie antique". *Études Rurales*. 89/90/91, pp. 275-283.
- MARX, K. (1974), "Para a Crítica da Economia Política". In. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, pp. 107-131.
- MARX, K. (1974), "Terceiro Manuscrito [Propriedade Privada e Trabalho]". In. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, pp. 09-54.
- MAZZA, M. (1978a), "Marx sulla schiavitù antica. Nota di lettura". In. CAPOGROSSI, L., GIARDINA, A. & SCHIAVIONI, A. (Org.) *Analisi Marxista e Società Antiche*. Roma: Riuniti, pp. 107-145.
- MAZZA, M. (1978b), "Ritorno alle scienze umane. Problemi e tendenze della recente storiografia sul Mondo Antico". *Studi Storici*. 19/3, pp. 469-507.
- MAZZARINO, S. (1991), *O Fim do Mundo Antigo*. São Paulo: Martins Fontes.
- MENDES, N. M. (1995), "Um Modelo de Colapso de Sociedades Complexas". *Phoînix. Revista do Laboratório de História Antiga*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, pp. 157-169.
- MENDES, N. M. (1996), "Imperadores e Senadores no Baixo Império Romano". *Phoînix. Revista do Laboratório de História Antiga*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, pp. 259-274.
- MILLAR, F. (1973), *El Imperio Romano y sus pueblos limítrofes. El Mundo Mediterráneo en la Edad Antigua*. Madrid: Siglo XXI.
- MILLAR, F. (1986), "Politics, persuasion and the people before the Social War (150-90 B.C.)". *Journal of Roman Studies*. 76, pp. 01-11.

- MOMIGLIANO, A. (1984), *Sui fundamenti della storia antica*. Turim: Einaudi.
- MONTESQUIEU. (s/d), *Da Grandeza e Decadência dos Romanos*. São Paulo: Ed. Saraiva.
- MOURITSEN, H. (1996), "Order and disorder in Late Pompeian politics". In. *Les Élités Municipales de l'Italie des Grecques à Néron*. Rome: EFR, pp. 139-144.
- NICOLET, C. (1992), "O Cidadão e o Político". In. GIARDINA, A. (Dir.) *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, pp. 18-48.
- NOVAES, F. (1997), "Prefácio". In. SOUZA, L. M. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, (História da Vida Privada no Brasil, I).
- OLIVEIRA, C. R. (1996), "Vida Rústica: pensamento e prática na sociedade patrimonial romana (98-112 d.C.)". In. DI CREDDO, M.C.S., ALVES, P. & OLIVEIRA, C. R. (Orgs.) *Fontes Históricas: Abordagens e Métodos*. UNESP/Assis - SP, Programa de Pós-Graduação em História, pp. 119-143.
- PASINI, F. (1978), *Ostia Antica. Insule e Classi Sociale: I e II secolo dell'Impero*. Roma: Multi-gráfica.
- PAVOLINI, C. (1994), *La Vita Quotidiana a Ostia*. Roma: Laterza.
- PINSKI, J. (1988), *100 Textos de História Antiga*. São Paulo: Contexto.
- PITTA, M. H. A. (1999), "Praça das Corporações: um estudo urbanístico da Cidade de Óstia". *Phoînix. Revista do Laboratório de História Antiga*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, v. 5, pp. 229-239.
- PLUTARCH (1969), *Lives*. With and English Translation by Bernadette Perrin, Londres, Heinemann.
- POPPER, K. (1980), *A Miséria do Historicismo*. São Paulo: Cultrix/USP.
- REIS, J. C. (1995), "A História Metódica, dita 'Positivista'". *Pós-História*. Assis/UNESP, v. 3, pp. 41-55.
- RIBEIRO MACHADO, C. A. (2000), "O Senado Romano e a Corte Imperial no Baixo Império: uma Revisão". *Phoînix. Revista do Laboratório de História Antiga*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, v. 6, pp. 92-105.
- ROBERT, J. N. (1985), *La Vie à la Campagne dans l'Antiquité Romaine*. Paris: Les Belles Lettres.
- SILVA, G. V. (1995), "A Domus Imperial e o Fenômeno das Usurpações no IV século". *Phoînix. Revista do Laboratório de História Antiga*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, pp. 73-84.
- SILVA, G. V. (1996), "Interesses Subjacentes e Interesses Manifestos no contexto das usurpações romanas (284-395)". *Phoînix. Revista do Laboratório de História Antiga*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, pp. 91-100.
- THÉBERT, Y. (1992), "O Escravo". In. GIARDINA, A. (Dir.) *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, pp. 117-145.
- VEYNE, P. (1983), *O Inventário das Diferenças. História e Sociologia*. São Paulo: Brasiliense.
- VEYNE, P. (1988), "A história conceitual". In. LE GOFF, J. & NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, pp. 64-88.
- VEYNE, P. (1989), "Entrevista". In. *Idéias Contemporâneas. Entrevistas do Le Monde*. São Paulo: Ática, pp. 153-160.
- VEYNE, P. (1990), *Bread and Circuses*. London: Penguin Books.
- VEYNE, P. (1992), "O Império Romano". In. ARIÈS, P. & DUBY, G. (Dir.) *História da Vida Privada. Do Império Romano ao ano mil, I*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 19-224.
- WEAVER, P. C. R. (1967), "Social mobility in the Early Roman Empire: the evidence of the imperial freedmen and slaves". *Past and Present*. 37, pp. 03-20.
- WEBER, M. (1991), "As causas sociais do declínio da cultura antiga". In. COHN, G. *Max Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, pp. 37-57.
- WOLFROMM, J-D. (1983), "Quarenta anos de Vida Quotidiana". In. LE GOFF, J. et alii. *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, pp. 67-72.